

12 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC

A democratização do Estado e a universalização dos serviços públicos com vistas à inclusão social constitui-se uma realidade no âmbito do Ministério das Comunicações. A transparência das ações, pressuposto básico da democracia, foi efetivada mediante disponibilização na página eletrônica do Ministério, de toda a execução orçamentaria e financeira da Pasta, as realizações do Programa de inclusão digital GESAC, o andamento das auditorias, o acompanhamento de processos, a licitação eletrônica, os editais, as licitações das estações de rádio e TV. Na mesma linha, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos passou a disponibilizar todos os seus dados, incluindo a execução orçamentaria e financeira realizadas por suas Diretorias Regionais, bem como todos os contratos firmados pela empresa, segundo a natureza do contrato.

A universalização do acesso aos meios de comunicação e a inclusão digital, insumos básicos para a inclusão social, se constituem num desafio de Governo, que o Ministério das Comunicações vem implementando, com absoluta disposição, a partir de vários flancos - na área de telecomunicações, por meio dos programas GESAC, FUST e FUNTTEL; na área de Comunicação Eletrônica, mediante definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital e por intermédio do processo de democratização e organização do segmento das rádios comunitárias; e, finalmente, na área de serviços postais, com a popularização das agências, da implementação do programa CORREIOSNET, que prevê até 2004 a instalação de 4278 unidades em 3284 municípios, gerando cerca de 8500 empregos regionais para monitores e da ampliação do Banco Postal que já incorpora o programa do micro - crédito.

Ainda, na área de serviços postais, como indutor da universalização e da inclusão digital, destaca-se o Programa *Exporta - Fácil*, serviço de remessas de produtos voltado para as micro e pequenas empresas, que, até agosto, já exportou cerca de R\$ 20 milhões, 99,3% a mais do que o ano de 2002.

Destaca-se também o Projeto *Cartório 24 Horas* dos Correios, que permite ao cidadão, a partir de solicitação eletrônica, receber dos Cartórios, via SEDEX, todos os tipos de certidões diretamente em sua residência ou escritório.

Na área de telecomunicações, comunicação eletrônica e serviços postais, o Ministério adotou políticas públicas e promoveu realizações destinadas à inclusão social, mediante a universalização do acesso aos meios de comunicação.

Além disso, foi totalmente modificado o programa "Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac", que foi transformado em postos de serviços públicos, constituindo-se em espaços de uso compartilhado de tecnologias da informação e comunicação. Com este programa foram implantados até outubro de 2003, e já se encontram em operação, 2.200 unidades de comunicação, em banda larga, em parceria com os Ministérios da Educação, da Defesa e da Segurança Alimentar, representando cerca de 17.600 computadores disponíveis à população. Até o final de 2003 estarão em funcionamento 3.200 unidades de acesso, representando cerca de 25.000 terminais de computador. A parceria com o Ministério da Educação prevê o atendimento a 1800 unidades escolares; com o Ministério da Defesa, estão sendo instaladas 400 unidades de conexão a Internet em regiões de fronteiras (longínquas), e com o Ministério da Segurança Alimentar estão sendo instaladas 100 unidades nas localidades priorizadas pelo Programa *Fome Zero*. O Programa Gesac já se encontra em operação em todos os estados da federação.

Durante o exercício de 2003, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel deu seguimento às suas ações em estrita observância as diretrizes governamentais traçadas, e em observância, às disposições contidas na Lei Geral de Telecomunicações – LGT e na legislação afeta aos serviços de radiodifusão. Teve fortalecido o seu papel regulador e fiscalizador, buscando resguardar as regras estabelecidas ao mercado, assegurando-se a qualidade e a satisfação do cidadão com a prestação dos serviços de telecomunicações.

Para bem desempenhar a sua missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações no País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infra-estrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional”, a Anatel adotou, estrategicamente, dentro das diretrizes governamentais, o usuário e o consumidor dos serviços de telecomunicações como foco de sua atuação, auscultando as suas aspirações, identificando as suas condições sócio-econômicas, para, em nome delas, regular o setor, promovendo a competição, a universalização e a qualidade destes serviços.

Ademais, em 2003 foi estabelecida uma agenda de mudanças no aparato regulatório brasileiro, de modo a viabilizar avanços adicionais no sentido da universalização e da efetiva competição no mercado, bem como

no sentido de adapta-lo às demandas da convergência tecnológica. Para a telefonia fixa, a Agência propôs, ao longo do ano de 2003, alterações a serem introduzidas na renovação dos atuais Contratos de Concessão, a vigorarem a partir de janeiro de 2005. Essas alterações, ao lado dos novos Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU e Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, permitirão, para os próximos vinte anos, melhor visualização do marco regulatório, ensejando incremento no nível de competição entre as empresas e elevação da qualidade do serviço prestado à sociedade brasileira

Está sendo elaborada uma nova política para a adoção do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. A intenção é, além de estimular a pesquisa nacional, encontrar alternativas que transformem a TV Digital brasileira em um canal para conexão com a internet, de acesso totalmente gratuito aos usuários, que sirva como poderosa ferramenta tecnológica de inclusão social e digital.

A importância pública desse meio de transmissão, que atinge cerca de 90% dos domicílios do país, chamou a atenção do Ministério das Comunicações para formular rapidamente um padrão brasileiro, de tal modo que a disputa seja em torno de quatro e não três padrões de transmissão digital terrestre (o americano, o europeu e o japonês), tal como vinha ocorrendo, até então. Tal disputa fez com que o Brasil, que anteriormente atuava passivamente como mero consumidor de tecnologias, migrasse para uma condição proativa, onde passou a receber da comunidade internacional, ainda na fase de projeto, propostas de financiamento.

A necessidade de desenvolvimento de um padrão brasileiro próprio deriva das características específicas do país, particularmente no que se refere a baixa penetração de microcomputadores (10% da população tem computador) em paralelo à expressiva presença da TV aberta, onde a penetração é de cerca de 1,4 aparelhos de TV por domicílio. Esta desproporção da densidade, microcomputador *versus* TV mostra que a TV Digital pode vir a contribuir de forma decisiva para a inclusão digital, uma vez que o padrão adotado contenha fortes requisitos de interatividade. Ou seja, dentre a ampla gama de novos serviços que a TV Digital pode oferecer, a tecnologia está sendo chamada a contribuir para uma função social de alta relevância: a alfabetização digital, ensejando, com mais eficiência o programa de educação à distância. Em termos práticos significa uma ampla oportunidade para o país inovar. Vamos desenvolver *softwares* que possibilitem essa interatividade ("diálogo"), de modo a que as camadas de baixa renda, bastante acostumadas a usar a TV analógica, possam utilizar um aparelho de TV Digital (ou analógico com um conversor *set-top-box*), de custo relativamente baixo.

Inovar é utilizar os subsistemas que já estão disponíveis no mercado internacional (como o padrão MPEG), e concomitantemente desenvolver no país os componentes do sistema digital (o *middleware* do *set-top-box*) mais voltados à inclusão digital e que permitam, ainda, a redução de custo para favorecer o consumidor de baixa renda. Queremos, pois, promover a inclusão digital pelo monitor que é mais familiar ao brasileiro, qual seja, o aparelho de televisão. Não há dúvidas de que a produção de *softwares* voltados a aplicações de natureza social e educacional está ao alcance de nossos engenheiros e técnicos, cujo talento e capacidade, de resto, já foram comprovados em campos tão díspares como o da automação bancária, da votação eletrônica, do processamento de dados previdenciários e da construção aeronáutica.

As diferentes e variadas iniciativas de programas de universalização coordenados pelo Ministério das Comunicações, adicionando-se ainda outras iniciativas - tanto aquelas de outras esferas de governo, como as estaduais e municipais, como as provenientes da iniciativa privada - mostram que existe um autêntico caminho brasileiro para a inserção democrática e equânime na Sociedade da Informação.

Ainda no campo da Comunicação Eletrônica, cabe destacar as ações efetivadas no segmento das rádios comunitárias. Diante do acúmulo de processos paralisados no âmbito do Ministério das Comunicações, foi criado, pela Portaria n.º 83, de 24/03/2003, grupo de trabalho para analisar 4.400 requerimentos de Rádios Comunitárias existentes. Em um período de 90 dias todos os processos foram analisados, resultando no arquivamento de 2.400 processos, na colocação em exigência de outros 1500, no encaminhamento para a Presidência da República de 227 novas entidades autorizadas e na conclusão de 273 processos, que já se encontram em fase de autorização. No presente exercício foram emitidas 550 licenças de rádios comunitárias.

No âmbito das políticas de inovação tecnológica nas telecomunicações, a ação setorial está calcada nos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, mantido com receitas provenientes de contribuições sobre o faturamento das próprias empresas do setor e administrado por um Conselho Gestor composto de representante dos Ministérios das Comunicações que o preside; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior além da Anatel, BNDES e FINEP. Esse Comitê analisa e aprova os pedidos de fomento e financiamento de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Programas PPA 2003

Gestão da Política de Comunicações

O Decreto n.º 4.733, de 10/06/2003, que dispõe sobre Políticas Públicas de Telecomunicações, afastou, das minutas dos contratos de concessão de serviços de telecomunicações que vigorarão por vinte anos (de 01/01/2006 a 31/12/2026), as cláusulas que previam a indexação das tarifas pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), além de adotar outras medidas que têm como finalidade primordial o atendimento ao cidadão. O estabelecimento da efetiva competição, a exigência de transparência nos investimentos na telefonia fixa, a promoção da defesa do consumidor e a universalização dos serviços são os pilares das novas políticas para o setor de telecomunicações, voltadas para a defesa da cidadania.

O Governo editou também o Decreto n.º 4.769, de 27/06/2003, que aprova o PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização, aplicável aos contratos que terão vigência a partir de 2006. Esse plano acrescentou obrigações para as concessionárias, alinhadas com as necessidades da sociedade, decorrentes das inovações tecnológicas, tais como: Terminais de Acesso Público, que permitirão acessar provedores de *internet* a partir de terminais de uso público, os chamados "orelhões"; Redução das Desigualdades Sociais, por meio da implantação das Unidades de Atendimento de Cooperativas, que levarão progressivamente serviços de telefonia e *internet* para as comunidades rurais; Defesa do Consumidor e Geração de Empregos, mediante a instalação gradativa de postos físicos de atendimento pessoal, para utilização de serviços e reclamações, distribuídos no território nacional e ampliação dos meios de atendimento a Portadores de Necessidades Especiais, com adoção de Telefones de Uso Público adaptados para esses usuários.

Foi instituído pelo Decreto n.º 4.901, de 26/11/2003, o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, - SBTv, que tem por finalidade alcançar, entre outros, os seguintes objetivos: promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando a democratização da informação; propiciar a criação de rede universal de educação à distância; estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação; planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda; contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações; incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

Foram contratados serviços de consultoria técnica no processo de elaboração de diretrizes, no valor de R\$ 1 milhão, para formulação de regulamento, de plano geral de metas de universalização e de plano geral de outorgas de um novo serviço prestado em regime público.

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

No ano de 2003, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico em Telecomunicações – FUNTTEL, arrecadou recursos da ordem de R\$ 214.446.356,08 (duzentos e quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oito centavos), que, somados aos rendimentos legais, atingiram um total de R\$ 259.525.717,36 (duzentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e dezessete reais e trinta e seis centavos) para suas ações.

Foram destinados, por meio da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, R\$ 70.293.725,00 (setenta milhões, duzentos e noventa e três mil, setecentos e vinte e cinco reais) para 17 projetos executados e a serem executados por Instituições de pesquisa. Já a Fundação CPqD – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações, que iniciou o ano com 12 projetos, acrescentou mais 4 novos projetos, totalizando 16 projetos para os quais foram destinados R\$ 79.489.760,00 (setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e setecentos e sessenta reais).

No ano de 2003, o Conselho Gestor modificou a filosofia de destinação dos recursos do Fundo. Passaram a ser aprovados apenas novos projetos que visivelmente venham a trazer benefícios à sociedade ao invés de projetos que, embora também ampliassem a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, representassem apenas a ótica da indústria. Dentre os projetos aprovados, destacam-se: Satélite Geoestacionário Brasileiro; Pesquisa e Desenvolvimento de mecanismos de segurança, Gerenciamento, Planejamento e Qualidade de

Serviço de Rede de dados, Voz e Vídeo dos Órgãos do Ministério da Justiça; e Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Qualidade da Prestação dos Serviços de Telecomunicações

Como suporte e garantia da melhoria de qualidade das telecomunicações brasileiras, a Anatel tem exercido sua atividade de fiscalização. Em 1997, antes, portanto, da criação da Agência, as ações fiscalizadoras não chegaram a oito mil. Em 2003, mesmo com seu quadro de pessoal incompleto, foram realizadas 187 mil ações de fiscalização, 2.759 emissoras clandestinas foram lacradas e 7.289 Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO's foram instaurados. Cabe destacar que, para o alcance destas metas, a Anatel não pode, ainda contar plenamente com o equipamento de Gestão e Monitoramento do Espectro e de Radiovideometria, que permitirá o aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da atividade de fiscalização.

ACÕES DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO					
	1999	2000	2001	2002	2003	Total
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO	689	4.203	3.982	3.731	306	12.911
SERVIÇOS MÓVEIS	1.649	4.629	115.036	82.603	7.302	211.219
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	41.990	110.441	203.901	277.156	132.106	765.594
SERVIÇOS MULTIMÍDIA	5	4	51	227	617	904
OUTROS SERVIÇOS	30.964	73.609	125.999	74.260	47.367	352.199
TOTAL	75.297	192.886	448.969	437.977	187.698	1.342.827

Nota: Em 2003 alterou-se a métrica para a mensuração das ações de fiscalização, até então utilizada, que consideravam uma ação por portadora e não por entidade, cujo fator de conversão histórico é, em média, de 2,50 portadoras/entidade.

PADO's INSTAURADOS

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO		71	1.678	1.008	256	427	3.440
SERVIÇOS PRIVADOS	2	10	13	11	54	111	201
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	15	89	79	97	238	27	545
RADIOFREQUÊNCIA / FISCALIZAÇÃO	ND	ND	13.364	10.113	16.894	6.733	47.104
UNIVERSALIZAÇÃO			106	130	14	35	285
TOTAL	17	170	15.240	11.359	17.456	7.333	51.575

Para a Ação *Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação*, em 2003, foram certificados/homologados 1.510 produtos. Parte dos recursos planejados para serem utilizados na contratação de consultoria para desenvolvimento de Regulamentos e Normas Técnicas não foram gastos, pois alguns desses documentos foram desenvolvidos e finalizados com recursos humanos da própria Anatel. No que se refere à Ação de *Gestão do Espectro de Radiofrequências*, a meta estabelecida para 2003 foi de 8 regulamentos. Destes, 5 foram concluídos, 1 encontra-se em consulta pública e 1 teve a consulta pública adiada por decisão do Conselho Diretor da Agência. Outros regulamentos previstos encontram-se em trâmite interno na Agência.

O Sistema de *Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME)*, é composto por um Centro Nacional instalado em Brasília, 27 Centros Regionais localizados nas sedes dos escritórios da Anatel nos estados, 28 unidades móveis de radiomonitoragem (UMR) e 56 estações remotas de monitoragem (ERM). Este Sistema ampliará, consideravelmente, a capacidade de vigilância e de controle, por permitir a fiscalização do espectro radioelétrico em todo o território brasileiro, por intermédio de serviço de rastreamento que ampliará, dinamizará e modernizará a capacidade de registrar, de localizar e de analisar as emissões radioelétricas. Em dezembro de 2003, encontravam-se instalados o Centro Nacional as 28 unidades móveis – uma em cada Unidade da Federação e duas no Estado de São Paulo e 23 estações remotas.

O projeto de *Radiovideometria* será utilizado como complemento à fiscalização, com o objetivo de verificar o uso dos canais, em seus aspectos técnicos, de acordo com a legislação pertinente e os contratos de concessão de serviços. Para realizar esta modalidade de fiscalização, será feito o tratamento digital do som e da imagem oriundos das emissões, em plataformas especialmente desenvolvidas para tal finalidade. O sistema será composto por 27 plataformas, instaladas nas capitais brasileiras, sendo que 12 serão assistidas e as demais remotamente controladas. Na sede da Anatel, em Brasília, será instalado o Centro Nacional, responsável pela supervisão das atividades nacionais. Serão, também, adquiridas duas estações portáteis, para a realização de missões especiais. Em dezembro de 2003, além do Centro Nacional, haviam 27 estações instaladas e uma estação portátil.

O Projeto *Instalação dos Escritórios Regionais* prevê a instalação definitiva de representação da Anatel em todos os estados da Federação. Apesar de todos os Escritórios Regionais estarem em pleno

funcionamento, ainda faltam ser concluídas obras nas representações do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rondônia e Roraima.

Há que se destacar que a baixa execução dos Projetos realizados pela Anatel deve-se, sobretudo, às restrições orçamentárias ocorridas ao longo do exercício de 2003.

Com vistas a atender as demandas dos usuários dos serviços de telecomunicações na defesa de seus direitos, a Anatel instalou, em 1998, o seu Centro de Atendimento – *Call Center*, que permite o diálogo do público com a Anatel pelo telefone 0800-332001. Operando 24 horas, ininterruptamente, incluídos domingos e feriados, este Centro recebeu, em 2003, 3.137.405 de ligações, sendo que 84,7% delas foram solucionadas no ato da chamada. Destas chamadas, 417,2 mil referiam-se a reclamações, sendo que 77,0% delas relacionavam-se ao Serviço Telefônico Fixo Comutado, das quais cerca de 34,9% a problemas com cobranças pela prestação dos serviços.

Concebida segundo um conceito moderno de interação que assegura acesso amplo e fácil às informações do banco de dados da Anatel, a *Sala do Cidadão* já funciona em 27 capitais. Cada Sala do Cidadão é equipada com terminais de computador, impressora, fax, scanner, telefone, TV e vídeo, além de atendentes para prestar informações e tirar dúvidas. O próprio interessado pode utilizar os equipamentos, obter informações sobre a Anatel e fazer busca *on line* nos documentos públicos da Agência, além de dar entrada, sem burocracia, em pedidos de licença para prestação de serviços diversos, acompanhar o andamento de processos e reclamar sobre serviços de telecomunicações. Com vistas à uma maior aproximação com a sociedade na defesa de seus interesses e direitos, por intermédio das suas Salas do Cidadão, a Anatel, em 2003, promoveu 54.272 atendimentos, sendo 19,7 % referentes a cobranças indevidas, 10,4 % a pedidos de reparo, 7,9 % a denúncias e 62,0 % a pedidos de informações diversas.

Serviço de Comunicação de Massa

Em 2003, foi expedida apenas uma outorga de TV por assinatura, especificamente para a modalidade via satélite. A população dos municípios atendidos com os serviços de TV por Assinatura, em 2003, foi de 92,3 milhões e o número total de assinantes manteve no patamar de 3,6 milhões.

As sucessivas crises econômicas enfrentadas pelo Brasil nos últimos anos inibiram o crescimento da base de assinantes. O setor acabou registrando expansão mais tímida do que se esperava, o que tem dificultado a captação de recursos externos e afastado possíveis investidores. O baixo poder aquisitivo do mercado consumidor, a não-essencialidade do serviço, a elevada carga tributária e o custo da programação (dólar) ainda são pontos determinantes que impactam o crescimento desse setor. A densidade no serviço de TV por assinatura foi de 7,6 assinaturas / 100 domicílios. A Anatel está revisando o planejamento desse serviço de forma a viabilizar novas operações, estendendo o serviço a mercados não atendidos, com vistas o aumento desta densidade.

No decorrer de 2003, a Anatel ficou impossibilitada de deflagrar novos processos licitatórios, por não terem sido julgados pelo Tribunal de Contas da União os pedidos de revisão, solicitados pela Agência, das Decisões n.º 230/2001 e 334/2001 – Plenário, que suspenderam a realização de licitações. Durante o 4º trimestre de 2003, com o julgamento dos pedidos de revisão pelo TCU, foi analisada minuciosamente a situação, feitos os respectivos estudos e reconsiderações sobre o assunto, culminando com a elaboração dos Chamamentos Públicos para os serviços de TV a Cabo e MMDS, a serem publicados no exercício de 2004.

Para a Ação *Outorga dos Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa*, em 2003 foi concedida uma outorga e para a Ação de *Controle dos Contratos de Outorga de Serviços de Comunicação de Massa*, foram controlados 422 contratos.

Serviços de Radiodifusão

No ano de 2003 houve, ao todo, 468 outorgas para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, distribuídas nas seguintes categorias:

OUTORGAS DE RÁDIO FM	110
OUTORGAS DE RÁDIO FM EDUCATIVA	12
AUTORIZAÇÕES DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA	340
OUTORGAS DE TV	3
OUTORGAS DE TV EDUCATIVA	3

A preponderância de outorgas de radiodifusão comunitária demonstra a prioridade que o Ministério das Comunicações vem dando a esse serviço. Tal resultado é fruto, em grande parte, da instalação do Grupo de Trabalho (GT) criado pela Portaria no. 83, de 24 de março de 2003, que analisou 4.400 processos de pedidos de outorga de rádio comunitária em 90 dias (de 02 de abril a 02 de julho de 2003). Como resultado, foram publicadas 340 portarias de autorização de rádios comunitárias, emitidas 686 licenças provisórias e definitivas e assinados 905 termos de operação e funcionamento de rádios comunitárias.

Contudo, apesar desse esforço, não foi possível atingir a meta determinada de 745 outorgas determinada para o ano de 2003. Diversas foram as razões que levaram ao não cumprimento das metas, porém quatro deles são preponderantes e devem ser destacados. A primeira foi a publicação do Decreto nº. 4.961, de 08/05/2003, que limitou em 60% os gastos efetuados em 2002 na ação “Outorga dos serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens”. Assim, ficaram disponíveis para essa ação somente R\$ 145.263,00, quantia que se revelou insuficiente para a efetiva implementação dos objetivos traçados para 2003.

Além disso, o acúmulo de um grande estoque processual, ocorrido sucessivamente ao longo dos últimos anos, gerou um considerável entrave ao cumprimento das metas. Para se ter uma idéia, no início de 2003 havia aproximadamente 17 mil processos pendentes de decisão – muitos deles sem haver ao menos iniciado sua tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SSCE.

Tal acúmulo agravou-se ainda mais com a extinção das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações, ocorrida no final de 2002. Isso fez com que boa parte do trabalho anteriormente realizado de maneira descentralizada fosse transferido para a sede do Ministério em Brasília, sem que houvesse, em contrapartida, qualquer aumento da capacidade de análise de processos, seja em termos de aumento de pessoal, seja em melhoria dos instrumentos ou meios de análise (informatização, simplificação de procedimentos, etc.) O resultado foi que o acúmulo de processos tornou-se ainda mais significativo, visto que grande parte do estoque processual das delegacias está sendo transferida para Brasília

Finalmente, deve-se destacar a deficiência estrutural do Ministério das Comunicações, atualmente com dificuldades para suprir completamente a demanda da população no que se refere à comunicação social. Há pouco pessoal responsável pela análise de processos e boa parte dos procedimentos carecem de informatização, o que os torna desprovidos da eficiência ideal. Também há carências de estrutura física, tais como equipamentos e instalações adequadas à execução dos trabalhos da SSCE.

Tendo em vista tais deficiências, durante todo o ano de 2003 foi realizado um esforço para dotar o Ministério das Comunicações da capacidade operacional necessária para o cumprimento de suas metas. Assim, foram realizados investimentos da recuperação da estrutura física da SSCE, com a aquisição de computadores e mobiliário e a reestruturação de seu espaço físico. Também foram realizadas contratações de novos funcionários e estagiários, além da requisição de servidores de outras entidades (Ministérios, Empresa de Correios e Telégrafos, entre outros). Paralelamente a essas medidas emergenciais, está sendo colocado em prática um plano de desenvolvimento institucional que tornará os procedimentos relativos à outorga de serviços de radiodifusão muito mais céleres. O ponto de partida na efetivação desse plano é a implementação do Radcom – um sistema completamente informatizado para o recebimento e análise prévia dos processos de radiodifusão comunitária, desenvolvido em parceria com o Serpro. Além disso, com essa ferramenta, todo o procedimento para o serviço de radiodifusão comunitária poderá ser efetuado pela Internet, como a demonstração de interesse na execução do serviço, a inscrição no aviso de habilitação e o acompanhamento dos processos. Posteriormente, tais facilidades serão expandidas para todos os demais serviços de radiodifusão. Os procedimentos e sistemas da Secretaria serão unificados em um grande sistema de informática, o que trará ganhos significativos de eficiência na análise de processos.

A Ação *Regulamentação dos Serviços de Radiodifusão e de Defesa e Proteção dos Direitos dos Usuários* ficou inviabilizada, em função do estabelecimento de limites para movimentação, empenho e pagamento imposto pelo Decreto nº. 4.847/2003, de 25/09/2003. O citado decreto retirou toda a dotação que deveria ser destinada à regulamentação dos serviços de radiodifusão e, como consequência, não foi possível realizar os trabalhos originalmente previstos.

Além disso, fatos como a extinção das Delegacias Regionais, o grande acúmulo de processos de anos anteriores e deficiências estruturais da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica impossibilitaram a implementação dessa ação. Praticamente todos os recursos técnicos da Secretaria estão atualmente alocados na análise de processos, restando pouca mão de obra e estrutura física para que se façam os estudos necessários às reformas na atual regulamentação do setor de Comunicação Eletrônica. Após estudos realizados, a Secretaria de

Comunicação Eletrônica colocou em Consulta Pública, para comentários e sugestões, Norma Complementar ao Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Serviços Privados de Telecomunicações

A evolução do mercado da telefonia móvel celular vem superando até as previsões mais otimistas, especialmente após a regulamentação do pré-pago, em outubro de 1998. A facilidade na aquisição, as características de uso, além da competição entre as operadoras, abriram amplos horizontes para que cidadãos das mais diversas faixas de renda tivessem oportunidade de usufruir desse fantástico instrumento das telecomunicações brasileiras. Este fato pode ser constatado pelos atuais 46,4 milhões de acessos móveis existentes no País, o que representa uma densidade de 26,2 acessos / 100 habitantes. Deste total ofertado, 76,2% são no regime de pré-pago. Em 2003, a Vivo deteve 45,1 % do mercado, seguida da Claro com 20,4 %, da Tim com 17,9 % e da Oi com 8,4 %.

De cada 100 brasileiros, 26,22 têm telefone celular, sendo que a Região Centro-Oeste é a de maior densidade (35,8 tel/100 hab), seguida da Sudeste (32,2 tel/100 hab), da Sul (30,9 tel/100 hab), da Norte (17,9 tel/hab) e, finalmente, da Nordeste (14,5 tel/100 hab). Em complementação, os usuários do serviço móvel pessoal tiveram à sua disposição o código de seleção de prestadoras, e, no momento, estão sendo desenvolvidos estudos para a implantação da terceira geração deste serviço.

TELEFONIA MÓVEL	
ANO	ACESSOS INSTALADOS (MILHÕES)
2003	46,4
2002	34,9
2001	28,7
2000	23,2

Fonte: Anatel

TELEFONIA MÓVEL - DENSIDADE	
ANO	ACESSOS INSTALADOS (por 100 habitantes)
2003	26,2
2002	20,3
2001	17,0
2000	14,0

Fonte: Anatel

Telefonia Fixa

Em 2003, tinha-se um total de 49,8 milhões de acessos fixos instalados. Desse total, encontravam-se em serviço 39,2 milhões acessos fixos. Hoje, o Brasil representa quase metade dos acessos fixos em serviço na América Latina. Em 2003, tivemos a relação de 22,2 acessos fixos em serviço por cem habitantes. Em termos geográficos, ainda podemos observar que a demanda por telefones fixos encontra-se crescente na Região Sudeste, 56%, que tem uma densidade de 29,4 telefones em serviço por cem habitantes, enquanto na Região Norte, com os seus 3,8 %, apresenta uma densidade de 11 telefones fixos por cada cem habitantes.

TELEFONIA FIXA ACESSOS INSTALADOS X ACESSOS EM SERVIÇO (em milhões)		
ANO	ACESSOS INSTALADOS	ACESSOS EM SERVIÇO
2003	49,8	39,2
2002	49,2	38,8
2001	47,8	37,4
2000	38,3	30,9

Fonte: Anatel

TELEFONIA FIXA - DENSIDADE ACESSOS INSTALADOS X ACESSOS EM SERVIÇO (acessos por 100 habitantes)		
ANO	ACESSOS INSTALADOS	ACESSOS EM SERVIÇO
2003	28,2	22,2
2002	28,7	22,6
2001	28,2	22,1
2000	23,1	18,6

Fonte: Anatel

Com relação aos telefones de uso público (orelhões), existiam no Brasil, em 2003, 1,3 milhão, correspondendo a uma densidade de 7,5 orelhões por cada mil habitantes.

TELEFONIA FIXA – TUPS – TELEFONE DE USO PÚBLICO (em milhões)	
ANO	ACESSOS INSTALADOS
2003	1,3
2002	1,4
2001	1,4
2000	0,9

Fonte: Anatel

TELEFONIA FIXA – DENSIDADE TUPS (acessos por 1.000 habitantes)	
ANO	ACESSOS INSTALADOS
2003	7,6
2002	8,0
2001	8,1
2000	5,5

Fonte: Anatel

Para a Ação *Controle dos Contratos de Outorga de Serviço Telefônico Fixo Comutado em Regime Privado*, destaca-se que todos os contratos assinados entre a Anatel e as prestadoras do STFC são permanentemente controlados.

Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Para o cumprimento da universalização dos serviços de telecomunicações, o Governo dispõe de fonte de financiamento específico, o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), criado por intermédio da Lei n.º 9.998, de 17/08/2001. Em março de 2003, o Ministro das Comunicações enviou Aviso Ministerial ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, solicitando o esclarecimento de dúvidas a respeito de aplicação da legislação de telecomunicações, em especial da Lei n.º 9.998/2001 e da Lei n.º 9.472/97 e em face da Lei 8.666/93, nas situações levantadas na citada consulta, tendo em vista a relevância e especificidade do assunto e, ainda, a necessidade da aplicação dos recursos dando cumprimento a política do setor.

Em agosto de 2003, o Tribunal respondeu à consulta viabilizando a formatação do Programa ainda em 2003 e sua implementação a partir de 2004. A decisão do TCU remete à criação de um novo serviço de Telecomunicações, em banda larga, a ser prestado em regime público.

O referido serviço deverá prever o interfuncionamento com os sistemas de telefonia fixo e móvel e voz sobre IP, tornando, assim, possível que os estabelecimentos de ensino, saúde e segurança públicos tenham acesso aos sistemas de telefonia através do Serviço de Comunicações Digitais.

De acordo com as orientações do Ministério das Comunicações e em consonância com a deliberação do Tribunal de Contas da União, a Anatel, em reunião do seu Conselho Diretor, realizada em 19/11/2003, aprovou a proposta de submissão à Consulta Pública do Regulamento do Serviço de Comunicações Digitais (SCD).

Além do Regulamento do Serviço, estão sendo elaborados e em breve serão também colocados em consulta pública, os demais documentos previstos na Lei Geral de Telecomunicações: Plano Geral de Outorgas, Plano Geral de Metas de Universalização, Edital e Contrato de Concessão.

Espera-se que, até março de 2004, sejam lançados os respectivos editais de licitações para as 11 áreas definidas. Até lá, com vistas a dar transparência de suas intenções, bem como de auscultar o interesse da sociedade, durante os meses de janeiro e fevereiro próximos, serão realizadas Audiências Públicas em Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Considerando os prazos legais, a implementação do novo Serviço está prevista para o 2º semestre de 2004. Face a isto, o Ministério das Comunicações solicitou aos Ministérios da Educação, Saúde e da Defesa, suas necessidades de utilização do novo Serviço, visando obter informações necessárias ao futuro atendimento.

Objetiva-se com a implantação desse novo serviço abrir as portas da sociedade da informação e do conhecimento à grande maioria da população brasileira que se encontra excluída do mundo digital. No Brasil estima-se em cerca de 14 milhões o número de usuários da *internet*, correspondendo a 2,2 % dos mais dos 600 milhões de usuários que existem no mundo. Ademais, enquanto cerca de 90 % dos lares brasileiros dispõem de pelo menos um aparelho de rádio e de televisão, somente 13 % possuem microcomputadores.